



MÉXICO

Impunidade zero e pedido de impugnação

Eleita primeira presidente da história do país, Claudia Sheinbaum promete governar para os pobres, combater a violência e buscar justiça. Xóchitl Gálvez, candidata derrotada, tentará anular as eleições ao denunciar uso da máquina estatal

» RODRIGO CRAVEIRO

Personagem da notícia

Carreira acadêmica

Graduada em física e doutora em engenharia de energia, Claudia Sheinbaum, 61, teve uma carreira científica brilhante e, com os outros integrantes do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), recebeu o Nobel da Paz em 2007. A carreira política se insinuou nos anos 1980, ao participar do movimento estudantil. O primeiro cargo público veio em 2000, quando assumiu a Secretaria do Meio Ambiente da Cidade do México.

Conhecida pela sobriedade, foi apelidada de "dama de gelo" pela adversária, Xóchitl Gálvez. Como gestora, é lembrada pela praticidade com que enfrentou desafios, como a pandemia de covid-19 e um terremoto que matou 26 pessoas, na Cidade do México. "Governar é tomar decisões. Tem que tomar a decisão e assumir as presenças que podem ocorrer", afirmou.

Gerardo Luna/AFP



Claudia Sheinbaum, do partido governista Morena, celebra a vitória nas eleições presidenciais de domingo: "Não vou decepcionar vocês"

Um governo para todos, que pretende priorizar os pobres; impunidade zero em uma nação onde 80 pessoas são assassinadas a cada dia; reformas sociais e da Constituição; e combate à corrupção. Com essas promessas, a física de origem judaica e inclinação esquerdista Claudia Sheinbaum, 61 anos, tornou-se a primeira mulher a chegar à Presidência do México. "Não vou decepcionar vocês", disse, em seu primeiro discurso como presidenta eleita, no Zócalo, a principal praça da Cidade do México, ante o som de dos tradicionais mariachis.

"Não chego só; chegamos todas", anunciou a líder eleita pelo partido governista Morena, ao fazer um aceno ao eleitorado feminino e repetir o lema de campanha: "Pelo bem de todos, primeiro os pobres". "Caminharemos em paz e em harmonia por um país mais próspero e justo." Até o fechamento desta edição, com 92,4% dos votos apurados, Sheinbaum aparecia com 59,1% dos votos, contra 27,8% para a ex-senadora indígena Xóchitl Gálvez (centro-direita).

A candidata derrotada assegurou que apresentará "impugnações" contra as eleições, ao denunciar o suposto uso do aparato do Estado em favor de Sheinbaum. "Enfrentamos uma competição desigual contra todo o aparato do Estado dedicado a favorecer sua candidata. (...) Apresentaremos as impugnações que o provam", declarou Gálvez. "Isso não acaba aqui", avisou, horas depois de reconhecer, rapidamente, a derrota. Além de 13 governos estaduais, a Cidade do México será comandada por uma mulher: Clara Brugada venceu Santiago Taboada, aliado de Gálvez, com 51,7% dos votos contra 39%.

Padrinho político de Sheinbaum, o presidente Andrés Manuel López Obrador celebrou a

vitória da esquerdista. "Vou me aposentar com grande satisfação, poderei dizer quando entregar a faixa a Claudia, missão cumprida, e me aposentar", disse o político de 70 anos, o principal responsável por alavancar a campanha governista.

Lula

Sheinbaum recebeu felicitações de vários líderes da esquerda, inclusive de Luiz Inácio Lula da Silva. "Estou muito feliz com a vitória da Claudia Sheinbaum por ser uma mulher progressista à frente da Presidência do México, uma vitória da democracia", escreveu o brasileiro, que anunciou que pretende viajar ao país ainda este ano, com o intuito

de fortalecer as relações comerciais. "Agradeço ao presidente Lula por sua chamada para reconhecer o triunfo de nosso movimento. México e Brasil são grandes nações, unidas por uma visão e por valores comuns."

Professor e pesquisador do Colégio da Fronteira Norte (instituição que estuda temas de violência e insegurança pública, em Tijuana), Vicente Sánchez Munguía acredita que Sheinbaum precisará costurar um pacto com os governadores para combater a violência — o México registra, a cada ano, cerca de 30 mil assassinatos. "Uma grande parte dos crimes é de foro comum, os quais correspondem aos Ministérios Públicos estaduais. Uma parcela

da corrupção e das ineficiências está nesses órgãos. A nova presidente precisará, também, apoiar a reconstrução das polícias municipais e estaduais. Outro desafio será um bom diálogo com o Poder Judiciário, a fim de levar adiante uma ampla reforma", afirmou ao **Correio**.

Para Munguía, o fato de o Morena ser o partido pertencente à coalizão governista e possuir o apoio da maioria dos governadores pode facilitar o trabalho de Sheinbaum. A pacificação do México passa, segundo ele, pela depuração da política, entremeada pela corrupção. "O Morena é um movimento de origens distintas, de partidos tradicionais, muitos deles com antecedentes de corrupção. Será

preciso ver a força que ela terá para 'limpar' a política", disse o especialista. Ele vê a eleição da primeira mulher para a Presidência do México como um "símbolo dos tempos". "É um sinal do que as mulheres têm conquistado no país, mas também uma tendência. A Suprema Corte, por exemplo, tem uma mulher em seu comando. No Congresso, há uma paridade de gênero; além disso, várias mulheres estão à frente de governos estaduais", acrescentou Munguía.

Javier Posada, coordenador do Seminário de Segurança Nacional da Universidade Nacional do México (Unam), lembrou que, ao longo das três últimas campanhas eleitorais, o tema da segurança pública não foi

tratado com profundidade. "As propostas durante a atual campanha foram bastante superficiais. Apesar disso, esse é o assunto número um da agenda nacional e a primeira preocupação da sociedade. Sheinbaum focou-se na necessidade de coordenação entre os municípios, os governos estaduais e a Presidência, no sentido de criar mudanças importantes na política de segurança pública", comentou ao **Correio**.

Segundo Eduardo López, professor da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Unam, em seu primeiro pronunciamento como presidente eleita, Sheinbaum avisou que abordaria as causas principais da violência e da delinquência no México. "Durante a campanha, foram nulos os programas sobre prevenção da criminalidade. Eles devem fazer parte da articulação de uma política pública preventiva, para reduzir os índices de percepção e de delitos de alto impacto. Isso implica o combate à impunidade", admitiu, por meio do WhatsApp. Ele aposta que Sheinbaum colocará a Guarda Nacional sob um comando militar e reavaliará o papel dos municípios e do Estado no tema da insegurança.

Em relação ao provável pedido de impugnação das eleições por parte de Gálvez, Posada admitiu que esperava tal manobra. "Era previsível. Houve anomalias no processo, como a compra de votos e a lenta instalação das urnas. Acho difícil isso prosperar", afirmou. Eduardo López lembrou que algo semelhante ocorreu em 2006, quando López Obrador impugnou a Presidência da República, e a Justiça concluiu que a interferência do Estado não foi determinante para o resultado das eleições. "Isso deve acontecer novamente. Antes e durante a campanha, a oposição denunciou ingerência do Estado."

Colaborou Paloma Oliveto

PORTUGAL

Montenegro endurece política migratória

» VICENTE NUNES CORRESPONDENTE

Lisboa — O primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, cumpriu à risca o que havia prometido durante a campanha eleitoral: apertou as regras para a imigração no país. A partir de agora, não será mais permitido que pessoas entrem como turistas e fiquem morando, ilegalmente, em território luso até conseguirem a autorização oficial de residência. Para a regularização dos documentos, bastava as pessoas recorrerem à manifestação de interesse, expressando o desejo de viver em terras portuguesas. Esse mecanismo, criado em 2017 e que era usado, principalmente, por brasileiros, foi extinto. Os mais de 400 mil processos em andamento serão respeitados.

Pelas novas regras, detalhadas pelo ministro da Presidência, António Leitão Amaro, aqueles que decidirem emigrar para Portugal para morar e trabalhar terão de

pedir um visto de emprego nos consulados. No caso dos brasileiros e dos demais cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), haverá uma alternativa à manifestação de interesse. Não há detalhamento sobre o instrumento. Existe um acordo de mobilidade entre Portugal e as ex-colônias que falam português.

O objetivo claro do Plano de Ação para as Migrações, composto por quatro eixos — imigração regulada, atração de talento estrangeiro, integração humanista que funcione e reorganização institucional — e 41 medidas é limitar, sobretudo, a entrada em Portugal de pessoas oriundas de países como Índia, Paquistão, Bangladesh e Nepal. Esses cidadãos têm enfrentado uma onda crescente de xenofobia, alimentada pela extrema direita. Os portugueses mais radicais atribuem a esses imigrantes o aumento da criminalidade, o que Montenegro nega.

A preferência do governo português pelos brasileiros e pelos

AFP



O premiê Luís Montenegro: plano impedirá ilegais de ficarem como turistas

cidadãos dos demais países da CPLP está reforçada em outra medida do plano. As autorizações de residência emitidas via acordo de mobilidade — a maioria caduca — serão renovadas por mais um ano, conforme decreto a ser

publicado até 30 de junho. Os portadores desses títulos serão chamados pela Agência para a Integração, Migrações e Asilos (Aima) para a coleta de dados biométricos. A autorização de residência deixará de ser impressa em papel A4 e

substituída por cartões que permitirão a livre circulação pelo Espaço Schengen, da União Europeia.

Após o anúncio do pacote restringindo a imigração, o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, promulgou um decreto tornando todas as medidas válidas. Ele espera que, com tal decisão, o Executivo resolva os mais de 400 mil processos pendentes de imigrantes que vivem em Portugal, sendo a maioria de brasileiros.

Qualificação

Para Montenegro, diante do caos que se estabeleceu no processo migratório, não restou alternativa a não ser apertar a regulação para a entrada de estrangeiros. "Acabamos com mecanismos que se transformaram num abuso excessivo da nossa disponibilidade para acolher. A circunstância de termos um procedimento segundo o qual uma simples manifestação de interesse é suscetível de facilitar e descontrolar

a entrada de imigrantes em Portugal teve fim hoje." No entender dele, todos querem Portugal de portas abertas, mas não escancaradas.

O pacote voltado à imigração passará pelo reforço de pessoal nos consulados dos países de língua portuguesa e da Índia. A Aima assumirá o atendimento presencial dos estrangeiros, papel que havia sido delegado ao Instituto dos Registos e do Notariado (IRN), a rede de cartórios portugueses. Haverá reforço financeiro para o Observatório das Migrações visando ao retorno de imigrantes em dificuldades para os países de origem, suporte às associações de apoio a estrangeiros e implantação de uma unidade de fronteiras na Polícia de Segurança Pública (PSP).

Portugal quer atrair mais profissionais qualificados alinhados às necessidades do país e promover a atração e a frequência de alunos estrangeiros nas instituições de ensino superior — os brasileiros são mais de 50% dos alunos de mestrado e doutorado no país.